

# Um sindicato de mágicos e seus coelhos

EURIDES BRITO DA SILVA

Em artigo publicado há algum tempo neste jornal, analisei a crença do Brasil no poder mágico das leis. No caso da educação hoje, é notória a esperança de uma nova Lei de Diretrizes e Bases resolver nossos problemas. Escrevi que não bastam boas intenções, mas é preciso realismo e determinação para efetivamente mudar alguma coisa. Dias depois, o professor Erasto Fortes Mendonça escreveu outro artigo, que focalizou o que ele supôs fossem meu pensamento e meu objetivo. Assim o articulista defendeu veementemente o substitutivo Jorge Hage (que sequer mencionei) e me cobrou coerência, já que, tendo sido membro do Conselho Federal de Educação e sua atual secretária executiva, eu seria co-responsável pelo caudal de normas jurídicas da educação brasileira. Com descortesia, o autor incluiu pessoa não citada no meu artigo, o professor Arnaldo Niskier, e fez amplas suposições sobre o que o professor Niskier e eu pensamos e desejamos, embora não tenhamos expresso o que nos foi atribuído. Prefiro considerar que o professor Erasto é mau leitor e não teve a intenção de caluniar, infamar ou difamar.

Em face dos comentários apresentados, devo me manifestar dizendo que o fato de ter sido conselheiro, membro do Grupo de Trabalho que elaborou o anteprojeto da lei nº 5.692/71 e secretária executiva do CFE não me embaraça, em nenhum momento, nas críticas que formulo. Não me considero colaboradora do juridicismo pedagógico brasileiro e, se o tivesse sido e chegasse a conclusões contrárias, me sentiria com total liberdade de vir a público e me autocriticar, sem que ninguém tivesse o direito de me cobrar outras posições. Pessoalmente, penso que o CFE deve ter funções mais amplas na elaboração de políticas educacionais e ceder menos às demandas da própria sociedade e dos educadores, no sentido de regulamentar, esmiuçar normas e interpretá-las. Discordo também da expressão tradicional que considerava o CFE como supremo tribunal da educação. Faço-o conscientemente, com a liberdade de quem não tem que repetir palavras de ordem, render vassalagem a gurus intelectuais ou obedecer a panelinhas, pois não devo minha carreira a nenhuma delas. Vim de baixo, passei fome e fiz carreira pelo meu merecimento. Dizendo de outra forma, tenho independência suficiente para possuir uma visão de mundo e não uma visão de arraial. Tenho autoridade para criticar, nos limites da ética, inclusive as instituições em que trabalho. Além disso, as observações que fiz não se referem a este ou aquele projeto de Lei de Diretrizes e Bases (existem vários em tramitação) ou a esta ou àquela proposta, mas, sim, uma tendência antiga e daninha da

nossa educação, crítica essa de que compartilham autores de variadas posições político-ideológicas.

Seria ótimo se, nesta distância e independência, o articulista, que também é professor, pudesse apontar o telhado de vidro de tantas universidades públicas, evidentemente. Desperdiçando o dinheiro do contribuinte, alguns departamentos apinhados de professores se perdem em reuniões intermináveis; elegem chefes que precisam submeter quase todos os seus atos a assembleias, reduzindo-se à condição de fantoches; humilham copeiras, chamando-as para discutir currículos; decidem em reuniões políticas, fora dos campi, questões eminentemente acadêmicas e deslocam para o último plano a produção científica, tornando os relatórios dos professores documentos de menor importância, sepultados no fundo dos arquivos. Enquanto se pervertem as atividades acadêmicas, numa ética de vale-tudo, aumentam as vagas ociosas e não poucos alunos, antes de desistirem dos seus cursos, constatarem que seus professores são ídolos de pés de barro, cegos pela vaidade e desviados pelo proselitismo político-ideológico, desejando subir na vida a qualquer preço.

Como o autor se considera defensor da escola pública e me inclui entre os que partilham de princípios radicalmente diferentes dos seus, certamente me vê como privatista e me supõe "não suportar" e sentir "desespero" por uma série de propostas, sequer votadas, do substitutivo Jorge Hage. Não voltarei às críticas ao referido documento, por já ter recebido mais atenção do que o seu primarismo merece. Lembro apenas, em face das acusações, que ele pretende uma normatização autoritária ao longo de 206 artigos, enquanto o anteprojeto que originou a lei 5.692/71 apresentava apenas 66 artigos, tendo sido modificado pelo Congresso Nacional, eleito diretamente pelo povo.

Quanto ao meu suposto privatismo, bastaria rever colaborações anteriores para este jornal e a minha gestão como secretária de Educação do Distrito Federal. Não houve aqui privatizações, distribuição de verbas a entidades particulares ou escândalos do salário-educação. Ao contrário, as matrículas da rede pública se expandiram e os professores deixavam a rede particular em busca dos salários e das condições de trabalho da Fundação. Quanto aos critérios estabelecidos pelos constituintes para as escolas receberem verbas públicas, devo dizer que não me satisfazem. Embora os tais critérios tenham sido propostos por parlamentares "progressistas", não vejo por que uma escola confessional rica, com alunos da elite, seja elegível para receber apoio do Estado.

Aliás, reflete-se no trabalho do articulista a visão ingênua de que as escolas se dividem em públicas,

necessariamente boas, e particulares, que enriquecem à custa do povo. Em última análise, os defensores da escola pública são cruzados heróicos, lutando contra os infiéis, naturalmente aquilo que se poderia chamar de "direita". Com minha experiência, não tenho razões para acreditar que o mundo seja assim ou que se possa, através de leis, obrigar as pessoas — dentro e fora do Estado — a serem honestas. Nossos problemas são muito mais graves. A lei deve repousar sobre valores morais compartilhados, que tenham força suficiente para se impor à conduta. Aqui no Brasil, a corrosão do tecido social chegou a tal ponto que esta base está prestes a ruir. Portanto, as tarefas mais urgentes se referem ao que fica na base da lei e não à lei em si.

Num ambiente democrático, o debate se enriquece pela qualidade dos grupos competidores. Não sou socialista, mas já vi países em que socialistas cumprem um papel profícuo ao iluminar questões, denunciar injustiças e propor alternativas. O marxismo, apesar da sua pane hoje, é uma posição respeitável e merece ser estudado por pessoas de responsabilidade. Entretanto, não sinto, em muitos grupos que atuam na universidade brasileira, que se dizem democratas e socialistas (sic), nem o empenho pela democracia nem pela igualdade. Formados antes à sombra dos pinheiros da Califórnia e às margens do Sena do que nos rigores de Moscou, Praga ou Pequim, sinto o cheiro de uma dialética mal-aprendida e o ranço da geração hippie. Tais grupos poderiam ter aprendido com a competência dos seus professores, em respeitáveis instituições nacionais e estrangeiras. Todavia, muitos dos seus alunos me dizem que suas expectativas de aprender são frustradas. É claro que existem algumas obras sérias de pesquisa e raras administrações de qualidade. No todo, porém, prevalece a defesa acirrada dos interesses corporativos, em especial no que se refere à escola pública, o que os aproxima muito mais do fascismo, em sua versão brasileira do Estado Novo, do que propriamente do socialismo. Mais parece um sindicato de mágicos (desculpem-me os artistas merecedores do nome), defendendo o seu e brincando com os coelhos, que são especialmente o aluno e o povo que paga os impostos.

Deploro verdadeiramente que isso aconteça. Em vez de nos valorizarmos, vamos descendo uma espiral que nos levará à repetição do debate da LDB, nos anos 50 durante o qual se reduziu a complexidade da educação brasileira a um mísero conflito entre escola pública e escola particular.

Eurides Brito da Silva é professora da Faculdade de Educação da UnB e vice-presidente do Conselho Mundial de Sociedades de Educação Comparada